



AGENDA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE - 2014/dezembro/17 - (quarta-feira)

15:00 Horas

ORDEM DO DIA

1- Proposta de Lei n.º 263/XII/4.ª (GOV)

Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro

Tempos:

5 minutos a cada Grupo Parlamentar e ao Governo.

2- Apreciação Parlamentar n.º 87/XII/3.ª (PCP)

Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, que "aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário"

Apreciação Parlamentar n.º 88/XII/3.ª (PCP)

Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio, que "Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 146/2013, de 22 de outubro, e pela lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, que estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados"

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD	3 m
PS	3 m
CDS-PP	3 m
PCP*	3 m
BE	3 m
PEV	3 m

*O PCP, como autor da iniciativa, dispõe de mais um minuto.

Nota: O Governo dispõe igualmente de mais um minuto, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 14-07-2010 (Súmula n.º 23).



3- [Projeto de Resolução n.º 1135/XII/4.ª \(PPD/PSD e CDS-PP \)](#)

Classifique o Mosteiro de Tibães como Imóvel de Interesse Nacional, reconhecendo-o como Monumento Nacional

[Projeto de Resolução n.º 1185/XII/4.ª \(PEV\)](#)

Pela classificação do Mosteiro de São Martinho de Tibães como Monumento Nacional

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD*	3 m
PS	3 m
CDS-PP*	3 m
PCP	3 m
BE	3 m
PEV*	3 m

*O PPD/PSD, o CDS-PP e o PEV, como autores das iniciativas, dispõem de mais um minuto.

4- [Projeto de Lei n.º 664/XII/4.ª \(BE\)](#)

Altera a previsão legal dos crimes de violação e coação sexual no Código Penal

[Projeto de Lei n.º 665/XII/4.ª \(BE\)](#)

Altera a natureza do crime de violação, tornando-o crime público

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD	3 m
PS	3 m
CDS-PP	3 m
PCP	3 m
BE*	3 m
PEV	3 m

*O BE, como autor das iniciativas, dispõe de mais um minuto.



5- [Petição n.º 380/XII/3.ª](#)

Da iniciativa de Joaquim de Jesus Magalhães Fonseca - Impenhorabilidade do Bem de família.

[Projeto de Lei n.º 702/XII/4.ª \(BE\)](#)

Institui a impenhorabilidade do imóvel próprio de habitação permanente (altera o Decreto Lei 433/99, de 26 de outubro, e a Lei 41/2013, de 26 de junho)

[Projeto de Lei n.º 703/XII/4.ª \(PCP\)](#)

Estabelece restrições à penhora e execução de hipoteca sobre a habitação

Tempos:

3 minutos a cada Grupo Parlamentar e ao Governo.

6- [Petição n.º 392/XII/3.ª](#)

Da iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro - Direção Distrital de Viseu - FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade (Distrito de Viseu).

[Petição n.º 403/XII/3.ª](#)

Da iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro - Direção Distrital de Castelo Branco - FENPROF Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade (Distrito de Castelo Branco).

[Petição n.º 404/XII/3.ª](#)

Da iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro - Direção Distrital de Leiria - FENPROF Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade (Distrito de Leiria).

[Petição n.º 413/XII/3.ª](#)

Da iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Sul - Direção Distrital de Faro - FENPROF Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade (Distrito de Faro).



Petição n.º 414/XII/3.ª

Da iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro - Direção Distrital de Coimbra - FENPROF Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade (Distrito de Coimbra).

Projeto de Resolução n.º 1181/XII/4.ª (PCP)

Por uma Escola Pública que cubra as necessidades de toda a população

Projeto de Resolução n.º 1186/XII/4.ª (BE)

Racionalização dos contratos de associação na rede escolar garantindo a utilização da capacidade instalada nas escolas públicas

Tempos:

3 minutos a cada Grupo Parlamentar e ao Governo.